

CARTAS: A TEATRALIZAÇÃO DO EU?¹

Alexandre Sebastião Ferrari Soares²

RESUMO: Neste estudo analiso as cartas enviadas e publicadas nas revistas *Vêja* e *Istoé*, na segunda metade da década de 1980 (mas especificamente entre os anos de 1985 e 1990) com o intuito de observar se as seções reservadas às cartas de leitores funcionavam discursivamente de forma distinta daquela que se construiu em torno do discurso jornalístico que está pautado nos mitos de verdade, objetividade, neutralidade e imparcialidade.

PALAVRAS-CHAVES: efeito de sentido, discurso, discurso jornalístico.

ABSTRACT: In this study I analyze readers letters published by *Vêja* and *Istoé* magazines in the second half of the 1980s (especially among the years of 1985 and 1990) aiming at observing how they function as a discourse. It is verified whether the private sections of the letters of readers are distinct of the other magazines sections where the journalistic discourse follows the guideline based on the myths of veracity, objectivity, neutrality and impartiality.

KEYWORDS: effect of sense, discourse, journalistic discourse.

Nesse artigo, a partir da concepção francesa de análise do discurso, analiso as cartas de leitores enviadas e publicadas nas revistas semanais *Vêja*, *Istoé* e na mensal *Superinteressante*, entre os anos 1985-1990, que comentavam, segundo FOUCAULT (1996), as matérias sobre AIDS e homossexualidade, para, entre outros propósitos, verificar se o espaço reservado às cartas de leitores era construído de forma distinta do que se instituiu oficialmente em relação ao discurso da imprensa.

Observei como o discurso da imprensa pautado nos mitos de *veracidade*, *objetividade*, *neutralidade* e *imparcialidade* (MARIANI 2005) eram percebidos pelos leitores através da publicação de cartas pela editoria das revistas; também observei como a subjetividade, por conta do espaço reservado às cartas ser construído de forma distinta do todo dessas revistas (ou seja, aqui, no imaginário em torno dessas seções, tudo pode ser dito por qualquer um), se materializava nesses textos: se realmente havia uma

¹ Esse artigo faz parte de um projeto mais amplo: a tese de doutorado defendida em março de 2006 na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da professora Bethania Mariani. Na tese, analiso as revistas semanais *Vêja*, *Istoé* e a mensal *Superinteressante* para compreender como se construiu, nessas revistas na segunda metade da década de 1980, a relação entre a homossexualidade e a AIDS.

² Doutor em Estudos da Linguagem pela UFF e professor de lingüística do curso de letras da UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon.

marca de sujeito ou se nesses espaços apenas havia o que MARIANI (2005) chamou de idealização do sujeito centrado no autônomo.

As seções ‘Com a Palavra’ (revista *Istoé*), ‘Cartas’ (revista *Veja*) e ‘Desabafa – solte o verbo’³ (revista *Superinteressante*) são os espaços nos quais se *permitem* a ‘fala’ de leitores nessas revistas. Do ponto de vista discursivo, a análise dessas cartas permitiu que eu pudesse fazer o circuito da formulação, circulação, recepção dos sentidos.

Faz parte também da proposta de construção de um espaço reservado à opinião do leitor, a idéia de que, dessa forma, a partir do envio de sua carta, há uma maior integração entre o que se vende e o que se compra ‘porque esse produto é construído em parte pela colaboração desse leitor’.

Como já foi dito, a revista se reserva o direito da publicação ou não da carta que chega à redação e, além disso, nada garante que ela seja publicada na íntegra, tampouco há critérios claros sobre a seleção das cartas, além da questão do espaço (reduzido) ou da clareza do texto. Ao leitor cabe aguardar o próximo número da revista para saber se a sua carta foi ou não publicada.

Cartas para: Diretor de Redação, VEJA, Caixa Postal 2372, São Paulo, Capital. Por motivos de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente. (texto da revista *Veja* em outubro de 1985, grifos nossos)

Nome, sobrenome e o local (estado) de quem escreveu cada carta (com endereço, número de RG e telefone), é condição *sine qua non* para sua publicação e os efeitos produzidos por essas exigências é o de que há, nessa(s) coluna(s), o *direito de se dizer tudo* e que *qualquer um pode dizer o que quiser*. Efeito que se quer distinto do efeito de sentido construído para o discurso jornalístico que se pretende, sobretudo, neutro e impessoal.

Sobre o discurso jornalístico, MARIANI (2005) faz as seguintes afirmações:

Trata-se, como já tive a ocasião de dizer em outros momentos, de uma prática discursiva que atua na construção e reprodução de sentidos, prática essa realizada a partir de um efeito ilusório da função do jornal como responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações. O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um **pretensão domínio de referencialidade**, pois baseia-se em uma **concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações.** Decorrem daí vários efeitos de sentido constitutivos dos sentidos veiculados

³ Uma única carta foi publicada pela revista *Superinteressante* a respeito das matérias que nos interessariam (durante o período de setembro 1987 a janeiro de 1991): “A matéria ‘A outra síndrome’ (SI, n^o7, ano 2) ficou excelente. Parabéns pelo sucesso”. Lair Guerra de Macedo Rodrigues. Ministério da Saúde, Brasília, DF.”

como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade. (MARIANI: 2005, 8, grifos nossos)

A proposta de uma seção para a publicação das cartas dos leitores das revistas semanais não se esteia nos princípios dos efeitos de sentido constitutivos do discurso jornalístico (objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade), em virtude de que essas cartas não se pretendem ‘domínio da referencialidade’ *já que, em tese, podem concordar ou não com o que tinha sido publicado* e não apenas *informar* (linguagem como meio de transmissão de informação) os fatos.

Essas seções são atividades controladas e editadas pelas revistas, embora o material que a constitua seja enviado por leitores a um tipo de editoria. Esse material, portanto, diante das notícias veiculadas (pelas revistas) tem como proposta *comentar* o que ali fora dito.

Sobre a noção de comentário, FOUCAULT (1996) nos diz:

Por ora, gostaria de me limitar a indicar que, no que se chama globalmente um comentário, o desnível entre o texto primeiro e o texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto *primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, e o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. (FOUCAULT: 1996, 24-26, itálicos do autor, grifos nossos)

O efeito produzido pela palavra *comentário*, em se tratando de imaginário construído do discurso jornalístico, é o de que ali se pode e se deve (principalmente) posicionar-se (ocupando uma posição-sujeito) diante do que é lido, de forma que a matéria apenas sirva como um ponto de partida para o que será posto, a partir desse primeiro texto.

Segundo FOUCAULT (1996), *comentário* seria, principalmente, reafirmar o que ali já tinha sido dito, de forma não apenas a dizer outra vez o que se encontra na superfície do texto, mas “de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto *primeiro*”.

O segundo texto (o comentário) traz à tona os acontecimentos que gravitavam em torno do que ali (no primeiro texto) foi silenciado.

O discurso jornalístico, como já foi dito, se pretende neutro, imparcial, verdadeiro, objetivo, mas esses espaços, a seção ‘cartas do leitor’, são construídos (pelas revistas, jornais *etc.*) a partir de um outro lugar, ou pelo menos a partir de uma outra proposta diante da *informação*.

A fim de fazer um recorte sobre esse imaginário de neutralidade, imparcialidade, objetividade e veracidade jornalística, destaquei, das seguintes cartas⁴, alguns trechos pertinentes sobre ele:

Carta.1

“Sei que existe homossexualismo em todas as partes do mundo, acho até muito natural em termos biológicos; contudo, **não sabia que no Brasil, além dos problemas econômicos, sociais e de saúde, na caso da AIDS, existia tanta falta de vergonha, tanta promiscuidade, demonstrada na reportagem *Garotos de Aluguel***”. (Mário A. Rego. São Luís – MA, da revista *Istoé* edição 533 de 11 de março de 1987, grifos nossos)

Carta.2

Sobre a reportagem “Ataque pelo ar”, de VEJA n° 984, **acho bastante importante o esclarecimento da população brasileira a respeito da AIDS**. Porém, não como vem sendo veiculada na TV. Deve-se deixar bem claro que não é o uso da “camisinha” nas relações sexuais que vai banir o mal do planeta.

(Paulo Fernando Rodrigues da Cruz, Rio de Janeiro, RJ, revista *Veja*, ed. 990 de 26 de agosto de 1987, grifos nossos)

Carta.3

Depois de ler a reportagem “A cor do perigo”, **uma sensação de revolta tomou conta de mim. Como pode um governo, que tem a obrigação de cuidar da saúde pública, omitir-se sobre uma questão que envolve, simplesmente, a vida de um ser humano?** (Ângelo Pascoal Salzo, São Paulo, SP, revista *Veja*, ed. 998 de 21 de outubro de 1987, grifos nossos)

Carta.4

A respeito da reportagem sobre o cantor Cazuza, **quero dizer que VEJA tem tido um papel honrado e moralizador ao longo de sua**

⁴ Outras cartas (não analisadas) funcionam como paráfrases das que eu apresento e analiso.

existência, não podendo ser atingida, injustamente, por sentimentos temporários e emocionais. (Paulo Roberto Magalhães de Jesus, Salvador, BA, revista *Veja*, ed. 1078 de 10 de maio de 1989, grifos nossos)

Carta.5

“Gostaria de parabenizá-los pela excelente reportagem sobre Cazuzu. Não existe nada de sensacionalismo nisso, basta que se veja no Aurélio o significado da palavra “agonizando”. A reação da atriz global Marília Pêra demonstra, além de ignorância, o preconceito que a sociedade tem sobre a doença. Cazuzu não é simplesmente um cidadão brasileiro – ele é também uma figura pública que atingiu o auge de sua carreira. Daí o interesse pela sua doença. A AIDS não é problema apenas do aidético ou de sua família. É um problema social.” (Dorly dos Santos Pinto, Brasília, DF, Revista *Veja*, ed. N° 1.078 de 10 de maio de 1989, grifos nossos)

As cartas não só comentam as informações veiculadas pelas revistas, mas também fazem considerações a respeito do discurso, ou melhor, desse efeito do discurso jornalístico.

O efeito do discurso jornalístico que faz sentido para os leitores é o de que, nessas revistas, a linguagem é um meio de comunicação de informação. Os leitores agradecem ao editor ou à própria revista (como uma entidade que se auto-organiza) pelos serviços prestados, pelas informações recebidas e veiculadas através dela.

O discurso jornalístico é percebido (percepção construída historicamente na relação leitor e revista) como uma prática discursiva que atua como uma mera reprodução de fatos; como uma prática responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações.

Decorrem daí, portanto, aqueles efeitos de sentido constitutivos dos sentidos veiculados às informações jornalísticas.

Sobre isso, (MARIANI: 2005) nos diz:

Além disso, essa pretensa informatividade jornalística se sustenta com base em uma ideologia utilitária, ou seja, **parte-se de um pressuposto** (construído historicamente na relação entre jornais e leitores) **de uma necessidade social de saber os fatos relatados. Estes, dessa forma, já figuram nas páginas impressas pré-significados por uma relevância constituída pelo imaginário: se o jornal publicou é porque é importante ou só é importante o que aparece no jornal. Fica apagado para o leitor o fato de ter havido uma seleção das notícias (a pauta), ficando igualmente apagado que as manchetes também resultam de tomadas de decisão realizadas pelos editores e assim por diante.** (MARIANI: 2005, 8, grifos nossos)

Para o leitor, no imaginário que circula sobre o discurso da imprensa, não poderia ser publicado nada além dos fatos que ocorreram ou, num *furo de reportagem*, estão para acontecer. E mais, como diz (MARIANI 2005), se foram publicados são importantes, e ainda, só são importantes porque foram publicados.

Sobre o pré-significado impresso por uma relevância constituída pelo imaginário (neutralidade, veracidade *etc.*), destaco as seguintes passagens (selecionadas das cartas 1-5):

O leitor não *sabia*, mas *passou a saber*, depois de *informado* pela revista, que a *falta de vergonha e promiscuidade* tinham relações com a AIDS.

“não sabia que no Brasil, além dos problemas econômicos, sociais e de saúde, no caso da AIDS, existia tanta falta de vergonha, tanta promiscuidade, demonstrada na reportagem *Garotos de Aluguel*”. (carta 1)

O leitor seguinte *acha* importante que a população brasileira seja *esclarecida* a respeito da doença. A revista retira da ignorância, escuridão, os leitores com as suas *informações* sobre a epidemia.

“acho bastante importante o esclarecimento da população brasileira a respeito da AIDS”. (carta 2)

Um outro se sente *indignado* ao *tomar conhecimento de*, através da reportagem, que o governo se omite das suas obrigações: cuidar da saúde pública.

“uma sensação de revolta tomou conta de mim. Como pode um governo, que tem a obrigação de cuidar da saúde pública, omitir-se sobre uma questão que envolve, simplesmente, a vida de um ser humano?” (carta 3)

Um outro leitor destaca, além da prestação de serviço digna de honra, que a revista também tem como atribuição moralizar e, por isso, não poderá ser atingida por *sentimentos temporários* e emocionais.

Por *sentimentos temporários*, acredito que o leitor (desrespeitando o critério para publicação: *clareza do texto*) esteja fazendo referência às manifestações de repúdio dos artistas pela reportagem sobre o estado de saúde do cantor e compositor Cazuza no ano de 1989.

“quero dizer que *VEJA* tem tido um papel honrado e moralizador ao longo de sua existência, não podendo ser atingida, injustamente, por sentimentos temporários e emocionais”. (carta 4)

E, finalmente, a **carta nº5** parabeniza a revista pela reportagem e acrescenta que, ao contrário do que disseram os artistas sobre a matéria a respeito da saúde do cantor e compositor Cazuzo, não houve qualquer *sensacionalismo* por parte da revista. “O que pode ser provado pela leitura do sentido da palavra ‘agonizando’ no dicionário Aurélio”. Ainda que não haja qualquer relação entre a leitura da definição da palavra no dicionário e o fato da revista ser ou não sensacionalista (desrespeitando os critérios para publicação: *clareza e espaço*).

“Gostaria de parabenizá-los pela excelente reportagem sobre Cazuzo. Não existe nada de sensacionalismo nisso, basta que se veja no Aurélio o significado da palavra ‘agonizando’. (carta 5)

Um dado importante, na construção dessas colunas, é o que nos aponta SOUZA (1997) em relação à *moral cívica* que emerge dos discursos ao tornarem as questões ligadas à ordem do privado, públicas⁵.

Segundo este autor, a questão da subjetividade, nas cartas, está ligada à *escolha* da forma sujeito que irá elidir nas instâncias públicas. Isso seria um novo dispositivo de subjetivação no espaço público. Já que nem tudo pode ser dito e nem qualquer um pode dizê-lo.

Por isso, a *moral cívica* toma um espaço bastante considerável nas cartas que compõem o *corpus* dessa pesquisa: *em nome da sociedade, em nome da família, em nome da moral e dos bons costumes, em nome de Deus* são muito recorrentes nesses textos.

Soma-se a isso o fato de que não é qualquer assunto que está sendo comentado, mas a sexualidade. Acrescenta-se ainda o fato de que não se trata de uma sexualidade qualquer, mas da homossexualidade.

Sobre a *moral cívica*, segundo SOUZA (1997), destaco as seguintes cartas (6-9 abaixo):

Carta.6

Com relação à matéria sobre a AIDS, cito a **Bíblia sagrada na epístola aos romanos, capítulo 6, versículo 23: “Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna”.** (Rosângela Zacarkim dos Santos, Cuiabá, MT, revista *Veja*, edição 890 de 25 de setembro de 1985, grifos nossos)

Carta.7

“Gostei muito da sugestiva reportagem sobre a AIDS (*ISTOÉ* nº 526). Achei interessante o trabalho corajoso das voluntárias, no que

⁵ Acredito ser importante retomar aqui o fato de que estou analisando o discurso jornalístico na década de 1980 para compreender como esse veículo trata a relação que se consolidou como sendo “causal” entre a homossexualidade e a AIDS, portanto quando me refiro à *moral cívica* de que trata SOUZA (1997), estou fazendo referência, principalmente, às questões de cunho sexual em torno daquela relação.

aproveito a oportunidade para parabenizá-las. **Quanto à moléstia, acho ser a AIDS um mal necessário, um mal de reparação moral, um castigo da natureza pela sua violação pois só assim os homens conseguirão despertar a fim de buscar o seu verdadeiro ponto de moralidade.**” (Mário Alves Rego. São Luis, MA. Revista *Istoé*, edição 532 de 4 de março de 1987, grifos nossos)

Carta.8

“Sobre a entrevista *Sei que vou morrer*, do paciente de AIDS M.R. (*ISTOÉ* n°523): **a natureza é drástica em sua punição por ter sido violado tantas e tantas vezes, e que talvez seja a fórmula de chamar a atenção do homem para isso.** O homem deve encontrar seu ponto de equilíbrio”. (Maria de Lurdes Ananias, São Paulo – SP, revista *Istoé*, edição 527 de 28 de janeiro de 1987, grifos nossos)

Carta.9

“**A verdade é imutável.** Assim como no passado, agora no presente, e o será eternamente. **A Bíblia cita o caso de Sodoma e Gomorra, onde seus habitantes praticavam o homossexualismo e por isso Deus queimou-os com fogo e enxofre. Na minha opinião, a AIDS é também um castigo de Deus para os que andam na contramão da vida. Deus perdoa o homem, às vezes. A natureza nunca**”. (Adauto José da Silva, Sandovalina – SP, revista *Istoé*, edição n° 535 de 25 de março de 1987)

A AIDS coloca na ordem do público o que deveria ser da ordem do privado: a relação sexual de cada um, porque ela revela a história progressa do portador do vírus. Essa história também não é qualquer uma: trata-se de tornar público questões que não eram (podiam ser) abordadas por diversos motivos: a AIDS epidemia até então pouco estudada, sabia-se apenas que era transmitida através do contato sexual, mas não era qualquer contato (pelo menos discursivamente), mas do contato entre homens. Essa relação era, ainda é, analisada oficialmente através de princípios cristãos, de leis moralizadoras, e de um discurso médico que confundia moralidade com prescrição de doença e que até bem pouco tempo considerava a homossexualidade uma doença⁶.

Dessa forma, há um campo bastante fértil para que *a moral cívica* ocupe posição de destaque nos textos dessas cartas, já que a sexualidade é tratada pela sociedade como sendo assunto da ordem do privado.

Na **carta 6**, a leitora fala em nome de Deus: **“Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna”**.

⁶ Em 1980, a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença pela Associação Psiquiátrica Americana. No Brasil, apenas no início de 1985, o Conselho Federal de Medicina cedeu, passando a homossexualidade para o Código 206.9, sob a denominação “outras circunstâncias psicossociais” – juntamente com o desemprego e o desajuste social.

Na **carta 7**, o leitor clama à moralização e considera, portanto, a síndrome como um mal necessário que veio para acabar com os pecados do mundo. A natureza castiga quando é violada: **“Quanto à moléstia, acho ser a AIDS um mal necessário, um mal de reparação moral, um castigo da natureza pela sua violação pois só assim os homens conseguirão despertar a fim de buscar o seu verdadeiro ponto de moralidade”**.

Na **carta 8**, a leitora também evoca a natureza que, ao ser violada pelos homens, não permite a impunidade: **“a natureza é drástica em sua punição por ter sido violada tantas e tantas vezes, e que talvez seja a fórmula de chamar a atenção do homem para isso”**.

Na **carta 9**, o leitor destaca a bondade de Deus, mas não da natureza quando violada: **“Deus perdoa o homem, às vezes. A natureza nunca”**.

A violação da natureza, a que se referem os leitores das cartas 8 e 9, é o fato do homem se deitar com outro homem.

Uma outra questão que coloco, a partir da leitura das cartas selecionadas e editadas pelas revistas: 1. É possível então deslocar o que se convencionalizou chamar *impessoalidade* do discurso jornalístico, *objetividade*, a ordem desse discurso, passando então à subjetividade, a uma tomada pessoal de posição diante da notícia tratada? 2. Essas cartas tornam público algo de natureza particular?

Segundo lógica de suas políticas editoriais, os jornais, ao abrirem seus espaços para a sociedade, desejam se instituir como mediadores em processos de interação que permitam vínculos entre o público e as instituições que prestam serviços por meio de suas políticas as mais distintas. Nesses termos, as mídias cumprem seu papel de se verem convertidas em dispositivos que intervêm na própria estruturação e no funcionamento do espaço público.
(NETO: 1999, 85, grifos nossos)

No entanto, esses espaços, que se pretendem mediadores entre o público e a mídia, não passam de uma espécie de ilusão de uma possível subjetividade. Primeiro porque o espaço é construído pela própria revista, depois porque é a revista que determina o espaço que pode ser ocupado por ele (o leitor), em termos discursivos e, finalmente, essa ocupação é regulada (não são publicadas todas as cartas que chegam à redação e nem todo o texto é aproveitado):

Cartas para: Redação de ISTOÉ, Caixa Postal 22.185, CEP: 01499, São Paulo, Capital. **A redação se reserva o direito de resumir as cartas recebidas, bem como se compromete a responder diretamente às que não forem publicadas⁷**. (Texto usado pela revista *Istoé*, março de 1985, grifos nossos)

MARIANI (2005) nos coloca a seguinte questão em relação ao ritual autorizado (no nosso caso as revistas, no caso de MARIANI, no artigo citado, as colunas psicanalíticas publicadas em jornais) quando da inserção no discurso jornalístico de um espaço reservado ao discurso com as marcas de não-neutralidade, de forma que a *promessa* de neutralidade do discurso jornalístico possa ser quebrada:

O que provoca a falha é a irrupção de uma subjetividade, de uma pessoalidade: a carta apresenta um problema pessoal, um sofrimento particular e singularizado. Assim, as colunas estariam fomentando duas fraturas nesse ritual: a irrupção de uma subjetividade, de uma pessoalidade, como já foi dito, e, também, o acolhimento do discurso psicanalítico como lugar de respostas para os problemas apresentados. (MARIANI: 2005, 9, grifos nossos)

Interessa-nos a primeira questão: se as cartas seriam a irrupção de uma subjetividade e estariam, a partir disso, quebrando o ritual proposto pelo discurso jornalístico.

MARIANI (2005, 9) ainda nos diz:

Ora, se assim o for, essa resposta inicial, que supõe as colunas como lugares de falha no ritual jornalístico, precisa ser mais trabalhada. **Afinal, quando se tematiza a questão da falha em termos discursivos, está-se falando de uma fratura no ritual ideológico que resulta na produção de um acontecimento: na relação sujeito-língua-história, é a instauração de um lapso lingüístico, de um equívoco histórico, é a presentificação, enfim, de um sentido não previsto que pode vir a produzir um deslocamento, uma reviravolta para o sujeito, para a história. Dessa forma, uma vez instalada uma fratura em rituais ideológicos, dois são os desdobramentos socialmente possíveis, dois são os destinos para o sentido inesperado: a falha, enquanto lugar de resistência, pode engendrar rupturas e conseqüentes transformações do ritual, ou, por outro lado, pode vir a ser absorvida pelo discurso hegemônico, contribuindo para a permanência dos sentidos legitimados historicamente. (MARIANI: 2005, 9, grifos nossos)**

As falhas, em termos discursivos, seriam, por um lado, uma “fratura no ritual ideológico que resulta na produção de um acontecimento: na relação sujeito-língua-história”, significando, dessa forma, a instauração de um lapso lingüístico que provocaria um deslocamento do sujeito e da história.

Por outro lado, contribuiriam para a permanência dos sentidos legitimados historicamente.

Ainda segundo MARIANI (2005, 9), as colunas sofrem os efeitos do imaginário jornalístico da imparcialidade, veracidade *etc.* e, ao contrário de

uma possível fratura do ritual, reforçam os domínios de pensamento de nossa época em um aspecto específico:

Promovem a idealização do sujeito centrado e autônomo, capaz de decidir sobre o seu destino, ou melhor, responsável pela felicidade ou infelicidade de seu futuro. **As cartas e as respostas teatralizam a consciência do “eu”** (*ego, moi*), idealizando, em nome da psicanálise, comportamentos sócio-culturalmente admissíveis. (MARIANI: 2005, 9, itálicos da autora e grifos nossos)

Nas cartas selecionadas, assim como nas colunas psicanalíticas (estudadas por MARIANI, 2005), os comportamentos sócio-culturalmente admissíveis emergem desses textos.

No nosso caso, nas cartas que *comentam* as matérias sobre a AIDS e a homossexualidade, o modelo conjugal heterossexual é o único referencial da normalidade e revelar uma outra forma de relação: múltipla, com possibilidade de encontros e trocas de prazeres (SOUZA: 1997, 23), seria afrontar a ordem estabelecida.

O dilema do discurso gay é que, ao dar visibilidade a uma certa forma de vivência homossexual, pode produzir a marginalidade de outros modos de viver a homossexualidade.

Por outro lado, há a relação entre esse grupo minoritário e a sociedade mais ampla, em um âmbito em que a heterossexualidade é o referencial único da normalidade. Condenado a uma posição de diferença, no mínimo exótica, o discurso da afirmação homossexual é parte fundamental de um movimento, no qual, para aquele que “se assume” publicamente, ser enunciador é um dos desejos do próprio enunciador de sua sexualidade. (SOUZA: 1997, 23, grifos nossos)

Dizer-se homossexual é trazer à tona uma infinidade de conceitos (principalmente médicos e religiosos) que mostram à sociedade um lado que historicamente não se pode mostrar (por conta, é claro, desses já-ditos, isto é, dos pré-construídos associados a essa forma de manifestação sexual).

Diferentemente de, ao menos, precisar se dizer heterossexual, porque o pressuposto, o normal, o que faz sentido é essa orientação.

As relações semânticas de oposição que se estabelecem entre as afirmações “eu sou homossexual”/ “eu sou heterossexual” não são da mesma ordem de oposição como a que se verifica entre os dizeres “eu sou homem”/ “eu sou mulher”. O que quero enfatizar é o caráter fundador de uma discursividade apresentado pelo primeiro par de enunciados relativamente ao segundo. No plano discursivo do pré-construído, isto é, no campo das coisas já ditas e associáveis a essa

questão, as condições de produção dessa fundação não é senão expor-se ao risco de perder a identidade. (SOUZA: 1997, 24, grifos nossos)

A questão que trago para análise das cartas editadas e publicadas pela editoria das revistas é, portanto:

1. Há uma quebra do sentido que se cola ao discurso jornalístico (neutralidade, objetividade *etc.*)?

Destaquei as seguintes cartas para análise:

Carta.10

É lastimável que no Brasil ainda exista tanto preconceito contra os homossexuais. Agora, é pior com a AIDS, cujo lado mais fatal é o estigma que destrói o indivíduo antes mesmo das infecções a que ele está sujeito. Fiquei chocado com a desumanidade e a violência com que foi tratado aquele senhor de Araguari, em Minas Gerais⁸. (Marcos Antonio de Moraes. Natal, RN, Revista *Veja*, edição 892 de 9 de outubro de 1985, grifos nossos)

É interessante perceber que o preconceito a que se refere o leitor é direcionado ao Brasil. Não à linha editorial da revista, não ao jornalista responsável pela matéria, mas ao Brasil de uma forma generalizada.

Essa leitura que se faz do texto jornalístico é um índice do efeito produzido pelo discurso jornalístico de que este é neutro, imparcial, objetivo donde se atribui, o tal preconceito, por exemplo, não à revista, mas ao país, ainda que o leitor se sinta em um outro lugar, já que percebe o preconceito e não compartilha dele.

As informações sobre a AIDS são as veiculadas pela imprensa: sabe-se que é fatal, que destrói o seu portador, que não há qualquer chance diante dela. Sabe-se também que é própria dos homossexuais. Não há qualquer referência que questione essa relação entre a doença e a homossexualidade, apenas o fato de o leitor ter se sentido chocado com o tratamento dado a um homem, em uma cidade de Minas Gerais, por ter sido diagnosticado portador do vírus.

Todas as outras informações são absorvidas como verdade, como retrato da realidade: efeito produzido pelo discurso jornalístico.

O leitor toma as *informações* como verdade e não consegue, por conta do efeito de sentido que é construído a partir do discurso da imprensa, perceber que é possível que haja outras relações entre a AIDS e os contaminados, por exemplo.

⁸ Essa carta refere-se à matéria que acompanha a **fotografia nº 5**, apresentada e analisada nas páginas 187-188.

Quando ele diz: “**o estigma que destrói o indivíduo antes mesmo das infecções a que ele está sujeito**”, ele está reproduzindo o discurso da imprensa, como se este discurso partisse dele e como se só fosse possível dizer o que ele diz. Os esquecimentos 1 e 2, aos quais PÊCHEUX se refere.

Numa outra carta:

Carta.11

A partir de uma “impressão” do repórter (que apenas conversou comigo pelo telefone), **VEJA n° 889 afirmou numa reportagem sobre AIDS (Uf!Basta!) que estou doente. Não é especificado de que, mas o óbvio ululante da reportagem não deixa dúvidas.** Agradeço a atenção, **porém estou bem de saúde e, se citei ao repórter o fato de me encontrar abatido psicologicamente, devo-o à perigosa paranóia coletiva que alguns veículos de comunicação e alguns clínicos desonestos estão alimentando e distribuindo a granel.** (Darcy Penteado, São Paulo, SP, revista *Veja*, edição 891 de 2 de outubro de 1985, grifos nossos)

Na **carta 11**, acima, publicada em 1985 na revista *Veja*, enviada pelo artista plástico Darcy Penteado (ativista *gay*, colaborador do jornal *Lampião*⁹), questiona-se a veracidade da informação veiculada por essa revista. A informação, segundo o leitor, parte apenas da impressão do jornalista responsável pelo artigo, não da *verdade* dos fatos.

O leitor coloca em xeque as informações veiculadas por alguns meios de comunicação e clínicos desonestos (o que chama de “paranóia coletiva”). No entanto, essa que poderia ser uma fratura na formação discursiva (FD) hegemônica a respeito da AIDS e de sua relação causal com a homossexualidade, provocando, assim, um deslocamento do sujeito e da história, não faz sentido.

Os sentidos oficiais (que partem principalmente do discurso médico) continuam reverberando e produzindo os efeitos de silenciamento, censura, da impossibilidade de se materializar de uma outra formação discursiva sobre a homossexualidade *etc.*, porque não criam outros sentidos nem para a AIDS, nem para a homossexualidade e muito menos para a relação entre elas.

Confirmando a declaração de MARIANI (2005), o efeito de sentido dessas cartas é o delas virem ser absorvidas pelo discurso hegemônico contribuindo para a permanência dos sentidos legitimados historicamente: nessas seções *qualquer um pode falar e tudo pode ser dito*. Promovendo assim

⁹ O “Lampião da Esquina” foi um dos primeiros jornais *gays* do Brasil. Circulou de 1978 a 1981 e abriu caminho para a nova imprensa *gay* brasileira.

“a idealização do sujeito centrado e autônomo, capaz de decidir sobre o seu destino” (MARIANI: 2005).

Na **carta 12** (abaixo), o presidente do Grupo de Liberação Homossexual de São Paulo envia o seguinte texto à revista *Istoé*:

Carta.12

“Lemos com atenção a matéria *Um clássico de sucesso* (ISTOÉ nº 554). No entanto, **chamou-nos a seguinte atenção o qualificativo de homossexual dado ao cineasta Fassbinder. Talvez tenha havido a intenção de expressar que ele, apesar de ter sido homossexual, foi tão brilhante, ou então tenha a redatora querido dizer que ele foi brilhante porque era homossexual?**” (Ubiratan da Costa e Silva, Presidente do Grupo de Liberação Homossexual, São Paulo – SP, revista *Istoé*, edição 557 de 26 de agosto de 1987, grifos nossos)

O leitor questiona a *intenção* da jornalista quando ela qualifica o cineasta Fassbinder de *homossexual*. A carta pareceu-me irônica ao afirmar que não fica muito claro, no artigo publicado, se o adjetivo foi usado como um desqualificador para o cineasta.

SOUZA (1997) faz a seguinte afirmação:

O desafio é, no plano da esfera pública, como tornar enunciable uma prática sexual diferente e dizer-se sujeito dela. Talvez por isso o exercício da enunciação da diferença só possa acontecer entre iguais. (SOUZA: 1997, 23, grifos nossos)

É interessante perceber, no entanto, que mais ou menos a partir do início da década de 1990, outros sentidos começam a se efetivar sobre a AIDS, a homossexualidade e a relação entre elas.

A **carta 13** (abaixo) - e algumas outras também de 1989/1990 que funcionam como paráfrases da que escolhi para apresentação:

Carta.13

“Sr. Diretor:

No artigo sobre a SIDA, ou AIDS, “De homem para homem”, escrito por Beatriz Fragelli, na publicação 1077, **causa-me estranheza a postura discriminatória e preconceituosa de várias pessoas, inclusive pacientes com Sida e até senhores da ciência ou da ignorância...Devo concordar que em uma década de Sida muitas crenças caíram, mas, sem dúvida, o moralismo continua arraigado nas mentes de muitos. Por exemplo, o termo comportamento de risco mostra mais a realidade, principalmente sob o aspecto da sexualidade, do que “grupos de risco”, como insistentemente os meios de comunicação veiculam em assuntos como a Sida. Acredito que, parafrazeando um artigo lido em jornal gaúcho, “entre o vírus da Sida e o moralismo, mata mais o segundo”.** (Glademir

Na carta, o leitor questiona a expressão “grupo de risco” e afirma ser mais prudente usar “comportamento de risco” para se falar dos riscos de ser contaminado pelo vírus da AIDS.

Depois, mostra-se indignado com a ignorância de quem se diz cientista e também com o que os próprios pacientes dizem a respeito da doença. Comprovando, segundo o leitor, mais falta de conhecimento do que qualquer outra coisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas não representam para a Formação Discursiva hegemônica uma brecha nos sentidos sobre a AIDS e a homossexualidade.

Há alguns sinais isolados (que questionam a legitimidade das matérias publicadas) durante o período estudado -entre os anos de 1985 e 1990-, mas não se estabelecem como um outro sentido em relação à FD institucionalizada, oficial ou hegemônica sobre o objeto de análise, apenas sustentam a idealização do sujeito centrado e autônomo (MARIANI: 2005).

As cartas contribuem para a permanência dos sentidos legitimados historicamente sobre os homossexuais. Elas não produzem um deslocamento na posição sujeito homossexual, não favorecem, portanto, uma ruptura com os sentidos estabelecidos.

O imaginário em torno do discurso jornalístico de que este se trata de um discurso neutro, objetivo e imparcial se confirma numa grande maioria de cartas publicadas por essas revistas.

Não há, durante o período estudado, uma brecha na FD hegemônica a respeito da forma de contaminação da AIDS, ainda que se questionem timidamente algumas informações veiculadas pelas revistas.

O efeito de sentido do discurso médico tem por característica ser fechado; o lugar do homossexual está marcado pelo silêncio; as Interpretações, portanto, são já-definidas *a priori* em virtude das condições de produção desses discursos.

BIBLIOGRAFIA

AUTHIER-REVUZ, J. (1982). *Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. Em DRLAV - Revue de Linguistique.

CHAUÍ, Marilena. (1984). 7ª ed. *Repressão sexual essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense.

- CLAVREUL, Jean. (1983). *A ordem médica – poder e impotência do discurso médico*. São Paulo, Brasiliense.
- FOUCAULT, Michael. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- GADET, Françoise & HAK Tony (org). (1990). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora
- MAINGUENEAU, Dominique. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes.
- MARIANI, Bethania (1998). *O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. (1999). *Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30*. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*: Rio Grande do Sul: Editora Sagra Luzzatto.
- _____. (2005). *Para que(m) serve a psicanálise na imprensa?* Disponível em: http://www.geocities.com/gt_ad/bethania.doc
- NETO, Antônio Fausto. (1999). *Comunicação e mídia impressa: Estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hacker Editores.
- ORLANDI, Eni. (2001). *Análise de discurso: princípios e parâmetros*. Campinas: Pontes.
- PINTO, Milton José. (2002). *Comunicação & Discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores.
- SOUZA, Pedro de. (1997). *Confidências da carne*. Campinas; Editora da Unicamp.